

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA  
Segunda Câmara Cível

Processo: APELAÇÃO CÍVEL n. 0303014-58.2013.8.05.0256

Órgão Julgador: Segunda Câmara Cível

APELANTE: ESTADO DA BAHIA

Advogado (s):

APELADO: JOAL PRATES DOS SANTOS

Advogado (s): ANTONIO FERREIRA DOS REIS NETO

ACORDÃO

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO ORDINÁRIA. POLICIAL MILITAR. INATIVO. PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO TOTAL. REJEITADA. MÉRITO. GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE POLICIAL MILITAR (GAP IV). VANTAGEM DE CARÁTER GENÉRICO. ALCANÇANDO TODOS OS POLICIAIS MILITARES NA ATIVA INDISTINTAMENTE. EXTENSÃO A INATIVOS. PARIDADE RECONHECIDA. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS PARA A CONCESSÃO DA GAP. PARIDADE E INTEGRALIDADE. RECONHECIDA. HONORÁRIOS. MAJORADOS. SENTENÇA. MANTIDA. APELAÇÃO. CONHECIDA E NÃO PROVIDA.

O Estado da Bahia alega em sua razões a preliminar de prescrição total do feito, não prospera, eis que o presente feito versa sobre obrigação de trato sucessivo, cujas prestações se renovam mês a mês e, além disso, as verbas questionadas possuem caráter alimentar, aplicando-se a súmula nº 85, do STJ.

Pretensão de percepção da GAP – IV, conferida aos policiais militares em atividade, com a incorporação no seu provento de inatividade, nos termos do art. 40, § 8º, da CF/1988 e do art. 42, § 2º, da Constituição do Estado da Bahia.

O caráter genérico da GAP reconhecido pela própria Administração Pública ao certificar que todos os policiais da ativa recebem a GAP em sua referência IV e V.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0303014-58.2013.8.05.0256 de Teixeira de Freitas, sendo Apelante o ESTADO DA BAHIA e Apelado JOAL PRATES DOS SANTOS.

ACORDAM os Desembargadores integrantes da Turma Julgadora da Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça da Bahia, por votação unânime, em NEGAR PROVIMENTO ao apelo, nos termos do voto da Relatora.

Salvador,  
11

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA  
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

DECISÃO PROCLAMADA

Conhecido e não provido Por Unanimidade  
Salvador, 12 de Julho de 2022.

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA  
Segunda Câmara Cível

Processo: APELAÇÃO CÍVEL n. 0303014-58.2013.8.05.0256

Órgão Julgador: Segunda Câmara Cível

APELANTE: ESTADO DA BAHIA

Advogado (s):

APELADO: JOAL PRATES DOS SANTOS

Advogado (s): ANTONIO FERREIRA DOS REIS NETO

## RELATÓRIO

Cuida-se de Ação Ordinária, na origem, ajuizada por JOAL PRATES DOS SANTOS em desfavor do ESTADO DA BAHIA objetivando a implantação da GAP-IV percebido pelos Policiais Militares da ativa, com o devido pagamento dos valores retroativos.

Adoto, em sua inteira propriedade, o relatório da Sentença (ID 25158087, p. 53) ao qual o MM. Juiz de Direito da Vara da Fazenda Pública da comarca de Teixeira de Freitas, julgou parcialmente procedente os pedidos da Ação, nos seguintes termos:

“Em razão do exposto, e por tudo que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE, POR SENTENÇA a ação, para determinar ao Requerido o reenquadramento da gratificação para GAP IV em favor do Autor e CONDENO ao pagamento retroativo desta, observando-se a prescrição quinquenal, com a devida atualização monetária, juros e correção aplicáveis à Fazenda Pública; deixo de acolher o pedido de reajuste salarial pretendido, haja vista o precedente judicial fixado através de repercussão geral, Tema 984, no RE 976610/BA.

Por conseguinte, declaro extinto o feito, com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I do CPC.

Fixo os honorários de sucumbência em favor da parte autora, os quais serão calculados, após a liquidação do julgado, art. 85, § 4º, inciso II do CPC.

Em razão da sucumbência recíproca, condeno a parte autora em honorários de sucumbência que fixo em R\$ 1.000,00 (um mil reais) e custas pela metade, ficando a cobrança suspensa por até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem as condições materiais que permitiram a concessão do benefício da gratuidade da justiça.

O município dispensado de custas judiciais, por isenção legal.

Com o transcurso do prazo recursal, com ou sem recurso, ao C. TJ/BA, por força do art. 496, inciso I do CPC.

Publique, registre-se e intime-se.

Após, archive-se.

Teixeira de Freitas (BA), 27 de outubro de 2021.

RONEY JORGE CUNHA MOREIRA

Juiz de Direito.”

Irresignado, o Estado da Bahia interpôs recurso de Apelação (ID 25158110, p. 57), arguindo, em preliminar, a prescrição do fundo do direito por

intentar a presente ação 05 (cinco) anos após o ato aposentador.

No mérito, sustenta, em síntese, a impossibilidade jurídica do pedido, em razão de que o processo de revisão da GAP na referência IV abarca apenas os Policiais Militares em atividade, afastando dos processos revisionais os milicianos que já foram transferidos para a reserva.

Alega que, não basta o militar desenvolver um regime de trabalho de 40 horas semanais para fazer jus à referência IV da GAP e, ainda, necessário distinguir a gratificação pro labore facto (oriundas do desempenho efetivo da função) ou pro labore faciendo (dependentes de trabalho a se realizar), nesse caso, a referida gratificação não é um “benefício” de caráter geral, tal como alegado pelo Autor, mas, sim, TIPICAMENTE, UMA GRATIFICAÇÃO “PROPTER LABOREM”.

Assevera que, somente com a Lei nº 12.566/12 veio a ser introduzida a regulamentação dos requisitos para a concessão da GAP IV e V, viabilizando a realização dos processos revisionais, e somente aferíveis em relação aos militares em atividade.

Diz que, o Autor/Apelado teve os seus proventos fixados com base na legislação vigente à época das respectivas passagens para a inatividade, não podendo ser alcançada por modificações posteriores em relação à majoração do nível da GAP, justamente em face da sua natureza vinculada ao exercício da atividade, pelo que não se aplica aqui a regra a paridade contida no art. 40, § 8º da CF/88.

Argui que, os proventos do Apelado foram fixados segundo o cálculo do vencimento (na hipótese, soldo) e das vantagens incorporáveis (gratificações), constituiu-se direito adquirido do servidor inativado perceber aquele quantum fixado nos moldes da legislação então vigente. Aplica-se, por conseguinte, o princípio da irretroatividade da Lei ( CF/ 88, art. 5º, inciso XXXVI).

Argumenta que, o Apelado/inativo quando da edição da norma que disciplinou a concessão da GAP IV e V, não pode ser alcançado por essa modificação, só aferível em relação aos militares da ativa, sob pena de violação ao ato jurídico perfeito das suas aposentações, não se aplicando, in casu, a regra da paridade, diante da natureza jurídica da gratificação em comento.

Por eventualidade, caso mantida, a Sentença deve ser reformada para impor ao Autor a prova do cumprimento de todos os requisitos impostos pela Lei nº 12.566/12, inclusive no que diz respeito ao cumprimento dos deveres funcionais, sob pena de violação ao princípio da isonomia previsto no art. 5º da CF/88, tendo em vista que os militares da ativa terão de cumpri-los para lograrem êxito nos processos revisionais.

Destaca que, o Poder Judiciário, que não tem função legislativa, faça elevar uma verba de remuneração que, pelo princípio da reserva legal, só por uma lei pode ser majorada ou concedida.

Cita algumas jurisprudências sobre a matéria.

Prequestiona toda a matéria ventilada no presente recurso.

Por fim, requer seja reconhecida a prescrição de fundo de direito em relação ao Autor, extinguindo o processo com exame do mérito, ultrapassada, que seja dado provimento ao apelo, para reformar a sentença, julgando improcedente a pretensão de pagamento de GAP IV a parte Apelada, com a devida inversão dos ônus sucumbenciais.

O Apelado, devidamente intimado, apresenta suas contrarrazões (ID 25158121, p. 60) em que refuta todos os argumentos do apelo e pugna pela manutenção da sentença.

A presente Apelação foi distribuída, por livre sorteio, à minha relatoria, consoante ID 25198536, p. 66.

Em cumprimento ao art. 931, do CPC/2015, restituo os autos à Secretaria, com relatório, ao tempo em que, solicito dia para julgamento, salientando a possibilidade de sustentação oral, nos termos do art. 937, I, do CPC/2015.

Salvador/BA, 21 de junho de 2022.

Desa. Lisbete Maria Teixeira Almeida César Santos  
Relatora  
11

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA  
Segunda Câmara Cível

Processo: APELAÇÃO CÍVEL n. 0303014-58.2013.8.05.0256

Órgão Julgador: Segunda Câmara Cível

APELANTE: ESTADO DA BAHIA

Advogado (s):

APELADO: JOAL PRATES DOS SANTOS

Advogado (s): ANTONIO FERREIRA DOS REIS NETO

## VOTO

Como já exposto no relatório, cuida-se de Ação Ordinária, na origem, ajuizada por JOAL PRATES DOS SANTOS em desfavor do ESTADO DA BAHIA objetivando a implantação da GAP-IV percebido pelos Policiais Militares da ativa, com o devido pagamento dos valores retroativos.

Presentes os pressupostos intrínsecos e extrínsecos, conheço do apelo.

## PRELIMINAR:

O Estado da Bahia em suas razões recursais sustenta a preambular de prescrição total do feito, também, não prospera, já que o presente feito versa sobre obrigação de trato sucessivo, cujas prestações se renovam mês a mês e, além disso, as verbas questionadas possuem caráter alimentar.

Aplicável, por conseguinte, a súmula nº 85, do STJ:

“Súmula 85 do STJ – Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação.”

Em específico, não operou a prescrição de fundo no caso sub judice, visto que esta pressupõe um ato comissivo da Administração Pública no sentido de negar expressamente o direito postulado.

Entretanto, no presente caso, subsiste uma prescrição de trato sucessivo que apenas alcança as parcelas vencidas antes do quinquênio que antecedeu ao ajuizamento da Ação, como se depreende do art. 3º, do Decreto nº 29.910/32 c/c a súmula 85 do STJ.

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO ADMINISTRATIVO E DIREITO PROCESSUAL CIVIL. POLICIAIS MILITARES INATIVOS. GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE POLICIAL MILITAR (GAPM). REFERÊNCIAS IV E V. PRETENSÃO DE INCORPORAÇÃO AOS PROVENTOS DE INATIVIDADE. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. INOCORRÊNCIA. PRETENSÃO FUNDADA NA PARIDADE CONSTITUCIONAL E LEGAL ENTRE ATIVOS E INATIVOS. RELAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 85 DO STJ. MÉRITO DO PEDIDO. GAPM IV E V REGULAMENTADAS PELA LEI ESTADUAL 12.566/12. ART. 8º QUE PREVIU O PAGAMENTO AOS POLICIAIS MILITARES EM EFETIVO EXERCÍCIO DE ATIVIDADE OU FUNÇÃO DE NATUREZA POLICIAL MILITAR. PRETENSÃO DOS AUTORES DE EXTENSÃO COM BASE NA PARIDADE ENTRE ATIVOS E INATIVOS. PREVISÃO NA LEI 12.566/2012 DE REQUISITOS A SEREM ANALISADOS EM PROCEDIMENTO REVISIONAL. ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL INICIAL PELO CARÁTER PROPTER PERSONAM DA GAPM IV E V QUE FOI SUPERADO. CONSTATAÇÃO DO CARÁTER GENÉRICO COM QUE É REALIZANDO O PAGAMENTO DAS REFERIDAS VANTAGENS AOS POLICIAIS MILITARES DA

ATIVA. POSIÇÃO QUE SE FIRMOU NA JURISPRUDÊNCIA DESTE TRIBUNAL. DIREITO À EXTENSÃO DOS SEUS PAGAMENTOS AOS INATIVOS COM BASE NA PARIDADE. ART. 121 DA LEI ESTADUAL 7.990/01. INOCORRÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ATO JURÍDICO PERFEITO, À IRRETROATIVIDADE DE LEIS E À SEPARAÇÃO DE PODERES. AUTORES QUE PREENCHEM OS REQUISITOS LEGAIS OBJETIVOS. PAGAMENTO SUCESSIVO DEVIDO A PARTIR DAS DATAS E NOS VALORES FIXADOS PELA LEI ESTADUAL 12.566/12, COM COMPENSAÇÃO COM OS VALORES JÁ RECEBIDOS A TÍTULO DE GAPM III. REMESSA NECESSÁRIA. CAPÍTULO ACESSÓRIO. JUROS DE MORA ÍNDICE APLICÁVEL À CADERNETA DE POUPANÇA. REDAÇÃO DO ART. 1º-F DA LEI Nº 9.494/97 DADA PELA LEI 11.960/2009. CORREÇÃO MONETÁRIA. DISPOSITIVO JULGADO INCONSTITUCIONAL PELO STF NO RE 870.947 EM SEDE DE REPERCUSSÃO GERAL. PENDÊNCIA DE MODULAÇÃO DE EFEITOS. SUSPENSÃO DOS EFEITOS DA DECISÃO PELO MINISTRO RELATOR. ÍNDICE (S) QUE DEVE (M) SEGUIR O (S) QUE FOR (EM) DEFINIDO (S) PELO STF NO JULGAMENTO DOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS APRESENTADOS NO RE 870.947, A SER CONCRETAMENTE FIXADO (S) NESTE CASO ESPECÍFICO NA FASE DE LIQUIDAÇÃO OU DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. APELO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA EM REMESSA NECESSÁRIA, APENAS EM RELAÇÃO AOS JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA.

(Classe: Apelação, Número do Processo: 0329135-49.2012.8.05.0001, Relator (a): PILAR CELIA TOBIO DE CLARO, Publicado em: 24/02/2021)

REMESSA NECESSÁRIA E APELAÇÃO DO RÉU. DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO ORDINÁRIA PARA IMPLANTAÇÃO DA GAP IV E V A POLICIAL MILITAR INATIVO E PAGAMENTO DAS DIFERENÇAS DEVIDAS. PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. REJEIÇÃO. OBRIGAÇÃO COM CARÁTER ALIMENTAR E DE TRATO SUCESSIVO COM RENOVAÇÃO DAS PRESTAÇÕES MÊS À MÊS. APLICABILIDADE DA SÚMULA 85 DO STJ. GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE POLICIAL (GAP) CRIADA PELA LEI ESTADUAL Nº 7.145/1997 COM INDUBITÁVEL CARÁTER GENÉRICO, ALCANÇANDO TODOS OS POLICIAIS MILITARES NA ATIVA INDISTINTAMENTE, EM VIRTUDE DA NÃO IMPLEMENTAÇÃO PELO ESTADO DA BAHIA DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DE VERIFICAÇÃO DO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS. ARTIGO 42, § 2º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 QUE TRANSFERE A NORMATIZAÇÃO DA QUESTÃO DOS DIREITOS DE PENSIONISTAS E MILITARES ESTADUAIS PARA LEI ESTADUAL ESPECÍFICA. LEI ESTADUAL CONSUBSTANCIADA NO ESTATUTO DOS POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DA BAHIA 00 LEI ESTADUAL Nº 7.990/2001 – QUE CONFERE DIREITO DE PARIDADE NOS TERMOS DO ARTIGO 121. INAPLICABILIDADE DAS REGRAS DE TRANSIÇÃO DAS EC N.º 41/03 E Nº 47/05 AOS MILITARES. REJEIÇÃO DA PRELIMINAR E APELO DO RÉU IMPROVIDO. SENTENÇA A QUO CONFIRMADA EM SEDE DE REMESSA NECESSÁRIA.

(Classe: Apelação, Número do Processo: 0534018-16.2016.8.05.0001, Relator (a): LIGIA MARIA RAMOS CUNHA LIMA, Publicado em: 30/04/2020)

Registro que, não se trata de pretensão de revisão de pensão quando do ato aposentador e sim, de paridade constitucional de receber, em inatividade, gratificação atingida por todos os militares da ativa.

Dito isso, não se aplica a jurisprudência do SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, colacionada pelo Apelante, que entende que o ato aposentador inaugura a contagem do prazo prescricional de 05 (cinco) anos previsto no Decreto 20.910/1932 para exercer a pretensão de sua revisão, pois como descrito acima, na presente demanda, busca-se o recebimento de gratificação concedida, posteriormente, aos militares da ativa.

Rejeito, assim, a preliminar levantada pelo Estado da Bahia.

Assentada a questão acima, quanto ao mérito, o cerne da questão gira em torno da análise da natureza da GAP. Se uma vantagem genérica ou transitória/pessoal e, por consequência, do preenchimento (ou não) dos requisitos para a percepção da GAP IV pelo Autor/Apelado.

Inicialmente, destaque-se a inconstitucionalidade da Lei 12.566/2012, que estabelece a elevação da Gratificação de Atividade Policial – GAP para o nível IV ou V, já foi enfrentada pelo Pleno deste Egrégio Tribunal de Justiça, através da Arguição Incidental de Inconstitucionalidade nº 0309259-14.2012.8.05.0000, a qual reconheceu pela constitucionalidade da lei e, consequentemente julgou improcedente o pedido.

Negada a extensão do benefício da referida lei aos inativos e pensionistas, tem o Judiciário, de forma reiterada, corrigido a distorção, determinado a extensão da vantagem aos policiais militares inativos, em obediência, face a natureza jurídica de tal gratificação, pois é estendida aos ativos de maneira genérica, sem qualquer procedimento administrativo a fim de aferir os requisitos impostos na lei e, por conta disso, estende-se aos inativos e pensionistas, friso o caráter genérico, tendo os policiais militares direito à paridade.

O legislador constituinte deu tratamento diferenciado ao servidor – policial militar, à luz do quanto disposto na Constituição Federal.

Com relação aos militares, a jurisprudência e a doutrina, por meio da Emenda Constitucional nº 18/98, promoveu uma adequação terminológica na classificação dos agentes públicos vigente no ordenamento jurídico administrativo brasileiro, passando a serem tratados os militares federais e estaduais como uma espécie de agentes públicos e não mais como servidores públicos stricto sensu.

No que diz respeito à paridade, o STF, no julgamento do RE 590.260 (Tema 139), fixou a seguinte tese:

“Os servidores que ingressaram no serviço público antes da EC 41/2003, mas que se aposentaram após a referida emenda, possuem direito à paridade remuneratória e à integralidade no cálculo de seus proventos, desde que observadas as regras de transição especificadas nos arts. 2º e 3º da EC 47/2005”

O militar tem um regime jurídico próprio, tanto que é proibido de realizar greve e de sindicalizar-se (Art. 142, § 3º, inciso IV, da CRFB/88), bem como enquanto em serviço ativo, não pode estar filiado a partidos políticos (Art. 142, § 3º, inciso V, da CRFB/88), e mesmo na condição de inativo (Militar Aposentado – Reserva remunerada e Reforma) é passível de ser sancionado disciplinarmente nos termos da Lei n. 7.990/01, não se aplicando aos militares do Estado, ocupantes de cargos públicos ou eletivos e aos Magistrados da Justiça Militar.

A Legislação Estadual (nº 7.990/01) que regulamenta a inatividade militar do Estado da Bahia poderá dispor da inatividade, transferência para a reserva remunerada, na qual pode ser feita: a pedido ou ex officio (art. 175), como, também, para reforma. Sendo que a todos os militares alcança à



paridade, senão vejamos:

Art. 121 – Os proventos da inatividade serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos policiais militares em atividade, sendo também estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos policiais militares em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, na forma da Lei.

Nesse contexto, percebe-se que os militares federais (Lei Federal nº 6.880/80) e os estaduais, são regidos por regramentos próprios no tocante a sua inatividade –“aposentadoria”, nos termos do que impõem os arts. 42 e 142 da CF.

Apesar de toda reforma, continuou garantida para os Militares a integralidade e paridade nos proventos da inatividade e da pensão por morte.

Conclui-se da análise da disciplina constitucional e da legislação estadual, que com relação ao regime previdenciário dos militares pouco foi alterado, que ficaram fora das disposições do regime próprio dos servidores civis.

Sendo assim, despidiendo que a lei local faça expressa referência à possibilidade para que a vantagem por ela criada seja estendida aos inativos e pensionistas, eis que a imposição é de ordem constitucional e o subterfúgio das exigências descabidas não ensejam que os reajustes e reenquadramento, seja de GAP II para III, seja de III para IV ou de IV para V, não repercutam automaticamente nos proventos dos inativos e nas pensões de seus dependentes.

Novamente, ao promulgar a Lei 12.566/12, volta o legislador, em nova tentativa de aumentar os vencimentos dos servidores em atividade sem o consequente aumento dos proventos e pensões, ainda que, para tanto, crie no seu texto uma maneira de burlar o texto constitucional.

A Lei nº 12.566/12, em seu art. 8º, ao consignar que a elevação do nível III para IV e, posteriormente, ao nível V, depende do policial militar estar em efetivo exercício da atividade policial militar, fere garantia constitucional que assegura a paridade de proventos e vencimentos, entre os ativos e inativos.

Segundo o art. 8º da Lei nº 12.566/2012:

Art. 8º – Para os processos revisionais excepcionalmente previstos nesta Lei deverá o Policial Militar estar em efetivo exercício da atividade policial militar ou em função de natureza policial militar, sendo exigidos os seguintes requisitos:

- I – permanência mínima de 12 (doze) meses na referência atual;
- II – cumprimento de carga horária de 40 (quarenta) horas semanais;
- III – a observância dos deveres policiais militares, da hierarquia e da disciplina, nos termos dos arts. 3º e 41 da Lei nº 7.990, de 27 de dezembro de 2001.

Parágrafo único – Os requisitos previstos neste artigo serão comprovados com base nos registros relativos ao exercício funcional do Policial Militar mantidos na Corporação, limitados ao tempo de permanência do servidor na referência atual.

Por sua vez, dispõe, em seus artigos 3º ao 6º:

Art. 3º – Em novembro de 2012, será concedida antecipação relativa ao processo revisional para acesso à referência IV da GAP, aplicando-se aos valores constantes da tabela do Anexo II o redutor de R\$ 100,00 (cem reais).

Art. 4º – Os valores da referência IV da GAP, constantes da tabela do Anexo II desta Lei, serão devidos em 1º de abril de 2013, com a conclusão do respectivo processo revisional.

Art. 5º – Em novembro de 2014, será concedida antecipação relativa ao processo revisional para a referência V da GAP, segundo valores escalonados de acordo com o posto ou graduação ocupados, conforme tabela constante do Anexo III desta Lei.

Art. 6º – Os valores da referência V da GAP, constantes da tabela do Anexo II, serão devidos em 1º de abril de 2015, com a conclusão do respectivo processo revisional. (Negrito nosso).

Veja-se que a referida lei estabeleceu que a GAP – IV, seria objeto de "antecipação relativa a processo revisional" apenas a partir de novembro de 2012, devidos em 1º de abril de 2013, mas observados os requisitos previstos em lei, mormente a permanência mínima de 12 (doze) meses na referência atual.

Feita essa digressão, na verdade, o Autor requer, nos termos do art. 40, § 8º, da CF/1988 e do art. 42, § 2º, da Constituição do Estado da Bahia, o reconhecimento do seu direito à percepção da Gratificação de Atividade Policial – GAP, na referência IV, conferida aos policiais militares em atividade, com a incorporação dos respectivos valores no seu provento.

A GAP foi criada não apenas para compensar os riscos da atividade policial, mas a própria atividade em si, não tendo, por conseguinte, natureza transitória ou pessoal, por alcançar todos os policiais militares da ativa indistintamente.

A gratificação perquirida, paga aos policiais em atividade, não apresenta característica de retribuição por desempenho ou mesmo compensação por trabalho extraordinário ou que exija habilitação específica para tanto.

Dito isso, a GAP possui caráter genérico, pois não se funda em um suporte fático específico, constituindo-se em verdadeiro aumento da remuneração ocultado como uma gratificação.

Ademais, notório que a Polícia Militar emitiu certidão informando que a partir de 01/11/2012 todos os militares da ativa passaram a receber, antecipadamente, a GAP IV, além de esclarecer que não foi estendido as servidores inativos. O que reforça a natureza genérica da supracitada gratificação.

Sabe-se, também, que a natureza genérica da questão foi firmada por nosso

Tribunal de Justiça, através de jurisprudência uníssona, que reconhece o caráter genérico à GAP (entendimento inclusive extensivo em suas referências IV e V), vez que adimplida pelo Estado da Bahia a TODOS os policiais militares da ativa, indistintamente, sem a instauração do pertinente processo administrativo para apuração do preenchimento ou não dos requisitos dispostos na lei de regência.

Nesse sentido, os seguintes julgados:

APELAÇÕES SIMULTÂNEAS. DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. RECURSO DE ESTADO DA BAHIA: POLICIAL MILITAR INATIVO. GAP IV E V. GRATIFICAÇÃO. CARÁTER GENÉRICO. EXTENSÃO. INATIVOS. PARIDADE. GARANTIA. SENTENÇA. PROCEDÊNCIA MANUTENÇÃO. RECURSO DESPROVIDO. RECURSO DE HUGO SÉRGIO MIRANDA DE SOUSA: POLICIAL MILITAR INATIVO. GAP V. GRATIFICAÇÃO JÁ PERCEBIDA PELO APELANTE. RECURSO DESPROVIDO.

I – A Gratificação de Atividade Policial Militar, em razão do seu caráter genérico e linear, incorpora-se aos proventos da inatividade, qualquer que seja o seu tempo de percepção, nos exatos termos do artigo 14 da Lei nº 7.145/97.

II – Evidenciado o pagamento genérico e linear da GAP a todos os policiais da ativa deve ser mantida a sentença de procedência, para impor ao Estado a implantação da GAP IV e V aos proventos dos Autores e ao pagamento das diferenças retroativas, observada a prescrição quinquenal.

III– Descabe, entretanto, a extensão da gratificação ao servidor HUGO SÉRGIO MIRANDA DE SOUSA, vez que já implementada a referida verba em seus proventos.

(Classe: Apelação, Número do Processo: 0567574-43.2015.8.05.0001, Relator (a): PAULO ALBERTO NUNES CHENAUD, Publicado em: 15/02/2022)

MANDADO DE SEGURANÇA. DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. PRELIMINARES DE IMPUGNAÇÃO À ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA, INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA E DECADÊNCIA REJEITADAS. MÉRITO. POLICIAL MILITAR INATIVO. PEDIDO DE RECEBIMENTO DA GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE POLICIAL MILITAR NAS REFERÊNCIAS IV E V. GRATIFICAÇÃO DE CARÁTER GENÉRICO. PARIDADE ENTRE ATIVOS E INATIVOS. ART. 121 DO ESTATUTO DOS POLICIAIS MILITARES. SEGURANÇA CONCEDIDA.

I. Preliminares de impugnação à assistência judiciária gratuita, inadequação da via eleita e decadência rejeitadas.

II. Mérito. Diante do reconhecimento do caráter genérico da Gratificação de Atividade Policial – GAP, inclusive nas referências IV e V, resta assegurada a possibilidade de extensão do pagamento aos servidores inativos e pensionistas, com base na regra de paridade prevista no art. 121 do Estatuto dos Policiais Militares da Bahia (Lei 7.990/2001).

III. PRELIMINARES REJEITADAS. SEGURANÇA CONCEDIDA.

(TJ-BA – MS: 80242963720208050000, Relator: CARMEM LUCIA SANTOS PINHEIRO, SEÇÃO CÍVEL DE DIREITO PÚBLICO, Data de Publicação: 12/02/2021)

DIREITO ADMINISTRATIVO E PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO. AÇÃO ORDINÁRIA. SENTENÇA PROCEDENTE. POLICIAL MILITAR INATIVO. GAP IV E V DEVIDAS APENAS APÓS A VIGÊNCIA DA LEI 12.566/12. EXTENSÃO AOS INATIVOS. POSSIBILIDADE. DESNECESSIDADE DE PRÉVIA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA. CARÁTER ALIMENTAR DAS VERBAS REMUNERATÓRIAS. RECURSO IMPROVIDO. SENTENÇA REFORMADA EM REEXAME NECESSÁRIO.

Trata-se de Apelação Cível interposta pelo Estado da Bahia em face da

sentença proferida pelo M.M. Juízo de Direito da 5ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Salvador (BA), que nos autos da Ação Ordinária, tombada sob o nº 0551143-31.2015.8.05.000, julgada procedente. O cerne recursal refere-se ao direito à percepção da GAP no nível IV e V e a possibilidade de extensão destas aos apelados, militares da reserva. Inobstante os requisitos constantes do art. 8º, da Lei 12.566/2012, para a concessão da GAP no nível V (observância dos deveres de hierarquia e disciplina dos policiais militares, nos termos dos art. 3º e 41 da Lei nº 7.990/2001; cumprimento de jornada de trabalho de 40h semanais; lapso temporal mínimo de doze meses desde a concessão da GAP em nível anterior), este Egrégio Tribunal de Justiça já pacificou o entendimento de que a GAP possui caráter genérico, logo, a questão em comento tratar-se-ia de garantir meramente o direito dos apelantes de perceber a mencionada gratificação nos moldes do quanto prevê o princípio constitucional da paridade de vencimentos, em harmonia com o art. 121 do Estatuto dos Policiais Militares. Impende salientar, de outra via, que este Tribunal já se manifestou no sentido de admitir o direito ao pagamento das referidas verbas, desde que limitadas à circunscrição temporal abarcada pelos arts. 4º e 5º da Lei 12.566/12, em respeito ao Princípio da Legalidade (a partir de abril de 2013, para o nível IV; e a partir de novembro de 2014, para o nível V). De igual modo, já pacificou o entendimento acerca da desnecessidade de dotação orçamentária, para que se conceda os reajustes em comento. (Classe: Apelação, Número do Processo: 0551143-31.2015.8.05.0001, Relator (a): MARIA DE FATIMA SILVA CARVALHO, Publicado em: 12/05/2020)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA. MANDADO DE SEGURANÇA. DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO MILITAR ESTADUAL. GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE POLICIAL (GAP). REFERÊNCIAS IV E V. VANTAGEM DOTADA DE CARÁTER GENÉRICO. POSSIBILIDADE DE EXTENSÃO AOS INATIVOS. INAPLICABILIDADE DAS REGRAS DE TRANSIÇÃO DAS ECs N. 41 e 47. DIREITO À PARIDADE PREVISTO NO ESTATUTO DA PMBA. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. ANÁLISE DE TÓPICOS RECURSAIS. APRECIAÇÃO EXAURIENTE DAS RAZÕES VENTILADAS. TENTATIVA DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA DECIDIDA. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO. (g.n)

(TJBA – Classe: Embargos de Declaração, Número do Processo: 0008164-46.2017.8.05.0000/50000, Relator (a): JOSE EDIVALDO ROCHA ROTONDANO, Publicado em: 19/02/2020)

O STJ já assentou entendimento de que as gratificações, quando pagas a todos os servidores da ativa de forma indistinta e no mesmo percentual, tem natureza genérica, e, por conseguinte, o pagamento é extensível a aposentados e pensionistas. Vejamos:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. GDARA. EXTENSÃO AOS SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS. NATUREZA DE PRO LABORE FACIENDO. AGRAVO INTERNO DA ASSINCRA A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Cuida-se, na origem, de Ação Civil Pública ajuizada contra o INCRA, na qual se objetiva a percepção de diferenças da GDARA entre os 60 pontos recebidos pelos substituídos e os 100 pontos que são efetivamente devidos, no período compreendido entre fevereiro/2006 e fevereiro/2008.

2. Conforme orientação firmada pela Colenda Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, enquanto não implementada a avaliação de desempenho, o servidor inativo tem direito à percepção da Gratificação de Desempenho

de Atividade de Reforma Agrária- GDARA, instituída pela Medida Provisória n. 216/2004, e posteriormente convertida na Lei n. 11.090/2005, no percentual de 60 (sessenta) pontos, por ser este o patamar reservado aos ativos não avaliados (AgRg no AREsp. 249.366/PB, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 26.2.2013).

3. O entendimento adotado no acórdão recorrido se alinha à jurisprudência desta Corte Superior e do Supremo Tribunal Federal de que o direito à paridade dos Servidores inativos ocorre somente até que sejam processados os resultados das primeiras avaliações de desempenho. Precedentes: AgInt no REsp. 1.557.860/RS, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, DJe 26.4.2018; AgInt no REsp. 1.594.337/RS, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 25.10.2016; AgInt no AREsp. 356.608/SC, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe 26.10.2016. 4. Agravo Interno da ASSINCRA a que se nega provimento. (STJ – AgInt no REsp: 1578310 PR 2016/0020753-7, Relator: Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Data de Julgamento: 09/03/2020, T1 – PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 11/03/2020)

Por tudo quanto dito, restou comprovado (ID 25158014, p. 16), que o Autor/ Apelado é policial militar reformado. Além disso, verifica-se que já percebe a GAP III, há mais de 12 (doze) meses, consoante contracheques (ID 25158007, p. 13).

Ressalte-se, ainda, que o Apelado pugna pela percepção da GAP na referência IV, nos termos do entendimento desse Tribunal de Justiça que é no sentido de ser, em razão do caráter genérico da GAP, possível a sua percepção imediata na referência V, consoante julgado a seguir:

EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE POLICIAL. IMPLEMENTAÇÃO DA GAP V A MILITAR INATIVO. PRELIMINARES DE INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA, DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO TOTAL. REJEITADAS. MÉRITO. GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE POLICIAL. CARÁTER GENÉRICO. REFERÊNCIA V. APLICABILIDADE AOS INATIVOS. NÃO IMPLANTAÇÃO DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA VERIFICAÇÃO DO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS PELO ESTADO DA BAHIA. PARIDADE CONSTITUCIONAL. TEMA PACIFICADO POR ESTE ÓRGÃO COLEGIADO. IMPOSSIBILIDADE DE CUMULAÇÃO COM A GFPM. PRECEDENTES ATUAIS DESTA CORTE DE JUSTIÇA REPRODUZIDOS NO VOTO CONDUTOR. SEGURANÇA CONCEDIDA. (...).

4. Mérito. Embora a Lei nº 12.566/2012 exija o atendimento de requisitos específicos para o pagamento da GAP, essa Corte de Justiça, diante da distribuição de inúmeras causas tratando de idêntica matéria, ou seja, a extensão da GAP aos policiais que já se encontravam na inatividade, constatou que o Estado da Bahia concede o adicional de forma geral, sem a observância de tais requisitos. Contudo, o pagamento só é feito a quem se encontra em atividade, em manifesta ofensa ao tratamento paritário entre ativos e inativos garantido pela Constituição Federal.

5. A GAP na referência V, do mesmo modo que ocorreu com a GAP nos demais níveis, está sendo paga de forma indistinta a todos os policiais militares que se encontram em atividade, restando confirmado que a referida gratificação possui caráter genérico, devendo, assim, ser estendida nas mesmas condições aos policiais que se encontram na inatividade, afastando-se, por esse motivo, a aplicação da Súmula 359 do STF.

6. Não há ofensa ao princípio da separação dos poderes, eis que compete ao Poder Judiciário a correção de quaisquer ilegalidades praticadas pela administração pública. O Superior Tribunal de Justiça já decidiu que não

são aptos a justificar o descumprimento dos direitos subjetivos do servidor público, como é o recebimento de vantagens asseguradas por lei. 7. Impossibilidade de cumulação da GAP com a GFPM, por identidade de fato gerador, conforme precedentes reproduzidos no voto condutor.

(TJ-BA – MS: 80035444420208050000, Relator: MANUEL CARNEIRO BAHIA DE ARAUJO, SEÇÃO CÍVEL DE DIREITO PÚBLICO, Data de Publicação: 01/03/2021)

Destarte, nada obsta a percepção da GAP – IV, pelo Apelado, levando-se em consideração que, desde 2012, todos os policiais militares da ativa já recebem a referida gratificação no nível pretendido.

Dito isso, do exame dos autos e do quanto assentado acima, tem-se que agiu com escorreito acerto o Magistrado a quo ao reconhecer o direito do Autor de perceber a GAP – IV e o pagamento das diferenças, respeitando-se a prescrição quinquenal.

Saliento que não pode prosperar a tese defendida pelo Estado, de que o reconhecimento do direito do Autor pelo Poder Judiciário invadiria a competência do Poder Legislativo, ao conceder aumento salarial. Ao contrário, a percepção da gratificação nada mais fará que conferir direito assegurado pela sobredita lei, que possui eficácia imediata, e não contida.

Na oportunidade, registre-se a inaplicabilidade ao caso da Súmula Vinculante nº 37, que dispõe: "Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia", pois a concessão da gratificação almejada pelo Autor conforma direito adquirido, e não aumento de vencimentos.

Finalmente, no que tange aos honorários advocatícios, considerando o grau de zelo do profissional da parte Autora, a natureza e importância da causa, o fato de que o processo tramita há 09 (nove) anos e o local da prestação do serviço e diante da majoração prevista no § 11 do art. 85 do CPC, majoro em 05% (cinco por cento) os honorários a serem arbitrados em liquidação.

Diante de tais fundamentos, NEGA-SE PROVIMENTO ao presente apelo, mantendo íntegra a sentença recorrida, por estes e seus próprios fundamentos.

Salvador,

Desa. Lisbete Maria Teixeira Almeida César Santos  
Relatora